

# Ata de Reunião

Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e  
Comunicação- CGovTIC

Ata nº 11/2018

Data: 08/11/2018 – 16h30min

Local: 17º andar da Unidade Administrativa I - Edifício Millenium



**Tribunal Regional do Trabalho  
da 2ª Região**

Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

## PRESENTES

Nome	Lotação
<i>Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves (Coordenadora)</i>	
<i>Desembargadora Ana Maria Moraes Barbosa Macedo</i>	
<i>Desembargadora Maria José Bighetti Ordoño Rebello</i>	
<i>Juiz Moisés dos Santos Heitor – Auxiliar da Vice-presidência Administrativa</i>	
<i>Juiz Edilson Soares de Lima – Auxiliar da Vice-presidência Judicial</i>	
<i>Juíza Heloísa Menegaz Loyola – Auxiliar da Corregedoria Regional</i>	
<i>Juíza Titular Beatriz Helena Miguel Jiacomini</i>	
<i>Juiz Titular Marcelo Donizeti Barbosa</i>	
<i>Maria Romana Almeida de Lima</i>	<i>Secretaria Geral da Presidência</i>
<i>Maria Ines Ebert Gatti</i>	<i>Secretaria da Vice-Presidência Administrativa</i>
<i>Joao Nazareth Oliveira Quirino de Morais</i>	<i>Secretaria da Corregedoria Regional</i>
<i>Paulo Jorge Peralta</i>	<i>Diretoria Geral da Administração (DGA)</i>
<i>Airton Matos da Silva</i>	<i>Coordenadoria de Contabilidade (CC/SCOF)</i>
<i>Ricardo Tsunedi Koja</i>	<i>Secretaria de Assessoramento aos Magistrados Convocados</i>
<i>Monica Sampaio Cavalcante</i>	<i>Secretaria da 2ª Turma</i>
<i>Luciano Schimidt Rodrigues</i>	<i>88ª Vara do Trabalho de São Paulo</i>
<i>Bruno Motta de Andrade</i>	<i>Assessoria de Gestão Estratégica e Projetos (AGEP)</i>
<i>Marcio Nisi Gonçalves</i>	<i>Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (SETIC)</i>
<i>Ricardo Alex Serra Viana</i>	<i>Coordenadoria Apoio ao Planejamento e à Governança de TIC (CAPGTIC/SETIC)</i>
<i>Cláudia Sant'Anna Pinheiro</i>	<i>Coordenadoria de Segurança de TIC (CSTIC/SETIC)</i>
<i>Oswaldo Jose Costa da Silva Leme</i>	<i>Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas (CDS/SETIC)</i>
<i>Cristiano Munerati</i>	<i>Coordenadoria de Infraestrutura de TIC (CITIC/SETIC)</i>
<i>Alexandre Gomes Barriento</i>	<i>Coordenadoria de Apoio Aos Serviços de TIC (CASTIC/SETIC)</i>
<i>Ramon Chiara</i>	<i>Seção de Gestão de Incidentes em Segurança da Informação (SGISI/CSTIC/SETIC)</i>
<i>Rogério Machado de Almeida</i>	<i>Seção de Compliance de TIC (SCTIC/CAPGTIC/SETIC)</i>

## PAUTA PREVISTA

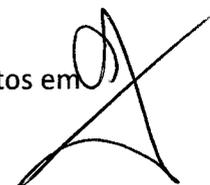
ID	Tópico
1.	Orientações sobre a operacionalização das atividades relacionadas ao Comitê
2.	PDTIC (Plano Diretor de TIC)
3.	Orçamento 2018
4.	Padrões de infraestrutura
5.	Homologação de software
6.	Aprovação de MGD (Demandas de desenvolvimento interno de software)

A Desembargadora Jucirema deu início à reunião agradecendo a presença dos Magistrados e servidores e enfatizou a importância de os Comitês terem uma representatividade abrangente. Explicou brevemente o propósito do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGovTIC) e do Comitê de Segurança da Informação (CSIC), frisando tratar-se de juntas que não detêm poder deliberativo, mas que devem operar como suporte à tomada de decisão, que é realizada pela Presidência do TRT.

A Desembargadora Jucirema passou a palavra a Marcio Nisi, que fez breve explanação a respeito da estrutura atual da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações. Marcio Nisi passou a palavra a Ricardo Viana, que apresentou as principais atividades realizadas pelo CGovTIC e seu papel na aprovação de estruturas, políticas e processos de trabalho, nas prioridades e acompanhamento de demandas e avaliação de resultados. Ricardo Viana apresentou também um gráfico comparativo contendo a evolução do índice de Governança de TIC no TRT2, que, desde 2017, encontra-se em estágio aprimorado na escala do CNJ. Na sequência, Cláudia Pinheiro apresentou as principais atividades realizadas pelo CSIC, englobando a elaboração de diretrizes, normas e políticas relacionadas à segurança de TIC, auditorias e gestão de riscos de TIC, prioridades e deliberações de segurança de TIC e acompanhamento e avaliação de resultados. Explicou, também, que o tema Segurança da Informação não se confunde com Segurança em TIC e não está restrito à Tecnologia da Informação, uma vez que as informações podem ser gerenciadas de outras formas que não utilizam recursos tecnológicos, como, por exemplo em papel.

A Desembargadora Jucirema retomou a palavra, pontuando que as áreas de atuação dos Comitês contemplam grande complexidade de tarefas, exigindo a atuação de vários Magistrados apoiados por servidores para o atendimento das demandas. Frisou, outrossim, a importância dos trabalhos a serem realizados no sentido de comporem uma análise prévia e criteriosa para apoio às deliberações que deverão ser efetuadas pela Presidência do Tribunal.

A Desembargadora Jucirema passou a palavra a Márcio Nisi para que iniciasse os debates previstos em



pauta.

### **1 Orientações sobre a operacionalização das atividades relacionadas aos Comitês**

Foram discutidas questões relativas a operacionalização das atividades dos Comitês:

Considerando a unicidade da composição do CGovTIC e CSIC, foi definido que sejam tratados os assuntos dos 2 comitês em reunião única, sendo que as pautas e atas deverão ser elaboradas de forma independente.

Foi informado que em casos de assuntos de caráter sigiloso, como muitos dos temas que envolvem Segurança da Informação, é gerada uma ata completa, mas publicado apenas um extrato.

A respeito da periodicidade das reuniões, estabeleceu-se que seria melhor a frequência mensal para o CSIC. No caso do CGovTIC, a realização de reuniões se daria de acordo com a demanda, podendo ser quinzenal caso haja assuntos a serem tratados.

Marcio Nisi questionou se haveria a criação de fóruns para partilhar as demandas recebidas para os Comitês, dentre as quais as recebidas por meio do Sistema de Processo Administrativo PROAD. A Desembargadora Jucirema arguiu que um modelo adequado é setorizar os comitês em grupos de acordo com a sua competência para que as informações relativas ao assunto sejam aprofundadas, mas que o debate deve ocorrer nos Comitês em sua plenitude. As questões devem ser encaminhadas diretamente para os respectivos grupos competentes, mas sempre copiando-se na mensagem a Vice-Presidência Administrativa. A setorização da composição do Comitê por meio da atuação de membros relacionados ao 1º grau, 2º grau e administrativo ficou da seguinte forma:

#### 1ºGrau:

Juíza Heloísa Menegaz Loyola – Auxiliar da Corregedoria Regional

Juíza Titular Beatriz Helena Miguel Jiacomini

Juiz Titular Marcelo Donizeti Barbosa

Joao Nazareth Oliveira Quirino De Moraes - Secretaria da Corregedoria Regional

Luciano Schimidt Rodrigues - 88ª Vara do Trabalho de São Paulo

#### 2º Grau:

Desembargadora Ana Maria Moraes Barbosa Macedo

Desembargadora Maria José Bighetti Ordoño Rebello

Juiz Paulo Kim Barbosa – Auxiliar da Presidência

Juiz Edilson Soares de Lima – Auxiliar da Vice-presidência Judicial

Maria Romana Almeida de Lima - Secretaria Geral da Presidência

Monica Sampaio Cavalcante - Secretaria da 2ª Turma

Ricardo Tsunedí Koja - Secretaria de Assessoramento Jurídico aos Desembargadores

#### Administrativo:

Juiz Moisés dos Santos Heitor – Auxiliar da Vice-presidência Administrativa

Paulo Jorge Peralta - Diretoria Geral da Administração (DGA)

Maria Ines Ebert Gatti - Secretaria da Vice-Presidência Administrativa

Nivaldo Catania - Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira

Aquiles Jose Malvezzi - Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Após ampla discussão, ficou definido que a ata, após sua elaboração, será disponibilizada aos membros dos Comitês, para que possam apreciar e validar o texto antes de sua impressão e assinatura e não havendo manifestações no prazo de 5 dias, será considerada aprovada

## 2 PDTIC (Plano Diretor de TIC)

Marcio Nisi explicou que a vigência do PDTIC atual encerra-se no final de 2018, portanto é necessária a revisão de seu conteúdo para elaboração de novo documento para o biênio 2019-2020. Comentou que já há uma minuta relativa ao próximo plano. Frisou que é fundamental que o Comitê analise, discuta e valide os projetos e as diretrizes propostas e indicou que será feito o encaminhamento prévio desta minuta ao Comitê para análise antecipada e posterior discussão.

<i>Id</i>	<i>Pendências</i>	<i>Responsável</i>	<i>Prazo</i>
2	Encaminhamento da minuta do PDTIC 2019-2020	SETIC	19/11/2018

## 3 Orçamento 2018

Marcio Nisi explicou que, em virtude de ajustes na alocação do orçamento de TIC do TRT2 para 2018, é necessária a aprovação de utilização de recursos para algumas contratações. Detalhou que todas as demandas de contratações de TIC são apreciadas pelo Comitê, situação que ocorre mais de uma vez em etapas distintas dos ciclos orçamentário e de contratações. Assim, concluiu, todas as alterações no planejamento orçamentário, independente de valor, precisam ser analisadas e validadas pelo Comitê.

Airton informou que a Emenda Constitucional Nº 95 de 2016 (EC 95/16) trará reduções significativas no orçamento para 2020, retornando a patamares de 2016, requerendo que o acompanhamento seja feito com muita precisão para que as necessidades do TRT2 sejam adequadamente atendidas.

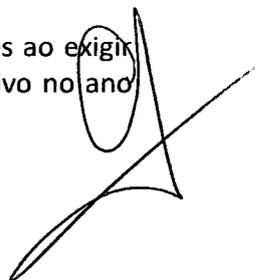
Marcio Nisi reportou que há o prazo de 30/11/18 para o encaminhamento do Plano de Contratações de TIC 2019 à Presidência, sendo necessária deliberação prévia do Comitê.

### 3.1 Utilização do Software TSM / IBM Spectrum

Marcio Nisi explicou o contexto do aumento de necessidade de licenciamento da solução de backup TSM/IBM Spectrum em virtude do crescimento da massa de dados no ambiente computacional do TRT2. Esclareceu que se o investimento não for feito, a utilização prevista de licenças não estará em conformidade com as políticas do fabricante. Detalhou, ainda, que se trata de contratação embasada em ata de registro de preços vigente no TRT2, antecipando o investimento que seria feito no próximo exercício, mas que, em virtude de ajuste de prioridades de outras demandas e de disponibilidade de recursos no presente ciclo, foi antecipada para 2018.

O valor previsto para a contratação é de R\$ 804.327,20.

Marcio e Airton explicaram que o advento da EC 95/16 alterou a dinâmica das contratações ao exigir que todo o orçamento seja liquidado no exercício atual para que não haja impacto negativo no ano seguinte.



João Quirino questionou se o volume previsto de licenciamento seria suficiente para o próximo exercício. Márcio explicou que, em caso de necessidade, a contratação poderia ser aditada, mas frisou que fatos supervenientes, como, por exemplo, a entrada de algum serviço novo de TIC não previsto, poderiam tornar as quantidades informadas insuficientes.

O Comitê anuiu a que seja feita a alocação dos recursos orçamentários para expansão da ferramenta de backup do TRT2, ainda neste exercício.

### 3.2 Aquisição de impressoras coloridas formato A3

Marcio Nisi expôs que é necessária a aprovação de utilização de recursos orçamentários para aquisição de impressora colorida no formato A3 destinada a substituir equipamento que será remanejado para a Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial. Explicou que há uma ata de registro de preços vigente. A nova impressora, de porte menor, será instalada no Gabinete da SETIC e a ali existente, de maior capacidade, será remanejada à SILAP. O custo é de R\$16.456,53.

A Desembargadora Jucirema indagou se não haveria algum mecanismo que proporcionasse mais tempo de utilização no TRT dos equipamentos de informática, ampliando a sua permanência em produção e diminuindo a necessidade de fazer licitações.

Marcio Nisi explicou que atualmente procura-se efetuar licitações com o maior tempo possível de garantia/suporte oferecido pelo mercado. Marcio Nisi ponderou que cabe ao Comitê a análise de quais os equipamentos de TIC devem estar cobertos por garantia ou contrato de manutenção.

A Desembargadora Jucirema frisou a importância de que as aquisições desse tipo sejam embasadas por relatórios que detalhem a necessidade em virtude de inoperância ou obsolescência. Alexandre Barriento informou que tais análises são efetuadas nos estudos técnicos preliminares das aquisições.

O debate evoluiu para a eventual adoção do modelo de equipamentos como serviço (similar ao aluguel, em que há posse mas não propriedade). Entretanto, dadas as características da EC 95/16, Airtton alertou que há uma recomendação de não se gerar novos gastos continuados, pois poderão não ser totalmente cobertos a partir de 2020, incorrendo em grande risco de interrupção dos serviços.

O Comitê anuiu a que seja feita a alocação dos recursos ainda neste exercício conforme explicado.

### 3.3 Web Conferência EJUD

Finalizando o tema orçamento 2018, Marcio Nisi reportou ao Comitê que ocorreu uma redução do custo de aquisição do Sistema de Webconferência utilizado pela Escola Judicial do TRT2 (EJUD).

Explicou que a estimativa de R\$ 53.362,80 feita inicialmente pela unidade demandante foi reduzida para cerca de R\$ 28.000,00.

Tal situação pode ocorrer quando os estudos preliminares foram aprofundados por meio de uma detalhada pesquisa de mercado embasada em refinamentos de requisitos feito pela respectiva equipe de planejamento da contratação designada.

## **4 Padrões de infraestrutura**

Assunto a ser deliberado em reunião oportuna.

**5 Homologação de software**

Assunto a ser deliberado em reunião oportuna.

**6 Aprovação de MGD (Demandas de desenvolvimento interno de software)**

Assunto a ser deliberado em reunião oportuna.

---

**DESEMBARGADORA JUCIREMA MARIA GODINHO GONÇALVES**  
COORDENADORA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

